



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A quadragésima segunda reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve
4 lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número
5 cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezenove de
6 dezembro, do ano de dois mil e sete. **Compareceram** os seguintes Conselheiros:
7 Carlos Otaviano Brenner de Moraes, SEMA (presidência); Aloisio Sirangelo Braun,
8 Secretaria da Ciência e Tecnologia (suplente); Alberto Limberger, Casa Civil
9 (suplente); Rosi Bernardes, Secretaria das Obras Públicas (suplente); Margareth
10 Vasata Silva, Secretaria de Planejamento e Gestão (suplente); Josué Barbosa,
11 SEDAI (suplente); Salzano Barreto de Oliveira, Secretaria da Saúde (suplente);
12 Tarso Isaia, representando o Sistema Nacional de Meio Ambiente; Luciana
13 Dalsasso, Comitê Tramandaí (titular); João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria
14 (titular); Lucia Schmidt, Comitê Pardo (titular); Fernando Bernál, Comitê Baixo Jacuí
15 (titular); Luiz Fernando Cybis, Comitê do Lago Guaíba (titular) e Claucia Kapper,
16 Comitê Turvo-Santa-Rosa-Santo Cristo (suplente). **Ausentes:** Secretaria da
17 Agricultura; Secretaria dos Transportes; SEMC; Sistema Nacional de Meio
18 Ambiente. **Demais participantes:** Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Kurt Néri,
19 Comitê Baixo Jacuí; Dionei Delevati, Comitê Pardo; João Izidoro Viegas, Comitê
20 Camaquã; Daniel Schmitz; Comitê Taquari-Antas; Tânia Zoppas, Comitê Caí; Mariza
21 Becker, Comitê Ibicuí; Henrique Kotzian, Ecoplan Engenharia Ltda; Ney da Silva
22 Padilha, Comitê Santa Maria; Luiza Ricciardi, Comitê Ibicuí; Claud Goellner, Comitê
23 Alto Jacuí; Ademar Vargas de Freitas, ECOS; Sueli Lang, SINCOL; Luiz Pedro M.
24 Ferna, SINCOL; Fabio Terra Leite, ALF; Mario Roberto Hax, ALF; Rafael de Ávila
25 Lima, ALF; Ana Lucia, ALF; Cláudio Zanetti Silveira, ALF; Pedro Frank, ALF; Vilma
26 C. da Silva, Comitê do Lago Guaíba; Rodrigo Flecha, ANA; André Domingues, Casa
27 Civil; Glazileu Gloria Aragonis, CORSAN; Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Maria
28 Josete Barros, DRH/SEMA; Ivo Mello, DRH/SEMA; Julio Braga; Câmara de
29 Vereadores; Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria; Alisson Sampaio, Comitê Santa
30 Maria; Gustavo Nunes e Jussara Pelisoli, Assessoria Comunicação/SEMA; Artur
31 José de Lemos, SEMA; Enio Hausen, METROPLAN; Maria Elisabete Ferreira, Pro-
32 Mar-de Dentro; Ana Elizabeth Carara, Pró-Guaíba/SEMA; Paulo Paim, Carmem
33 Silva e Vania Oliveira, Secretaria Executiva do CRH/RS, José Gallego Tronchoni,
34 IRGA; Edimar Blazina, DRH/SEMA e Lílian Zenker, Assessoria Ambiental/SEMA. O
35 Presidente Carlos Otaviano abriu a reunião às quatorze horas e trinta e cinco
36 minutos, cumprimentou a todos e apresentou ao plenário o Dr. Josué Barbosa,
37 Secretário Substituto da SEDAI e Dra Rosi Bernardes, Secretária Substituta da SOP
38 e vice-presidente do Conselho e propôs uma inversão na pauta, iniciando a reunião
39 pelo **Item X – Apresentação do relatório do GT da Região do Guaíba** - O
40 Secretário Executivo Paulo Paim convidou o Conselheiro e Coordenador do GT do
41 Guaíba para iniciar a apresentação. O Conselheiro Cybis fez o relato de todo o
42 processo do Grupo de Trabalho, desde a resolução de criação. A missão do GT foi
43 discutir, conceber e viabilizar técnica e politicamente e apresentar ao Conselho uma
44 proposta de implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, segundo
45 a Lei 10.350/1994 na região hidrográfica. O início foi 21 de junho e o término 18 de
46 dezembro e a proposta foi entregue antes de vencer o prazo. Segundo o Relatório,
47 existe um processo de planejamento em marcha na Região Hidrográfica do Guaíba,
48 seja pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos em elaboração, pelo Plano Diretor do
49 Pró-Guaíba elaborado em 2005 com a participação dos nove Comitês da Região.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

50 Outro aspecto importante referido no Relatório diz respeito ao fato de todos os nove
51 Comitês estão instalados e funcionando. Além disso, existem diversos planos de
52 bacias em andamento. Esta Região é a que mais está sofrendo os impactos
53 ambientais como a mortandade de peixes no rio dos Sinos, escassez de água no rio
54 Gravataí. É uma região muito desenvolvida, com indústrias e a maior população do
55 Estado. Cybis relatou que foram realizadas várias reuniões para que o Grupo
56 pudesse chegar a uma proposta. Ressaltou que a participação da Agência Nacional
57 de Águas foi de extrema importância, com a simulação preliminar de cobrança
58 registrada na Nota Técnica anexa ao Relatório e que será tema de discussão nos
59 Comitês. Outra contribuição do Grupo de Trabalho foi a proposta da minuta do
60 projeto de lei estadual, adequando a Lei 10.881 (contrato de gestão de entidades
61 delegatárias para cumprir com o papel de Agência de Água) à situação do Estado. O
62 GT recomendou ainda: a) que fosse criada a CT da Região do Guaíba; b)
63 implantação imediata do cadastro de usuários e da outorga e c) adoção do Plano
64 diretor do Pró Guaíba como primeira versão prática do Plano da Região Hidrográfica
65 do Guaíba. O GT reafirmou no Relatório, a necessidade da decisão dos Comitês
66 naquilo que lhes compete, como a cobrança, por exemplo. Com a base técnica da
67 ANA, cada Comitê deverá debater o tema e decidir em prol de uma solução conjunta
68 do coletivo da Região. Cybis ainda relatou a opinião do Grupo sobre a Agência,
69 expressada no Relatório. Embora a Lei 10.350/1994 determine que as Agências
70 gaúchas serão órgãos públicos, o GT entendeu por deixar em aberto a condição
71 jurídica da entidade delegatária, podendo ser uma entidade privada sem fins
72 lucrativos ou pública. Finalmente a proposta de cronograma de discussões na
73 Região não foi aceita. Ficou acertado que a Secretaria Executiva proporá um
74 cronograma mais elástico, permitindo a discussão nos Comitês de Bacia. O
75 Presidente Carlos Otaviano colocou a palavra à disposição do superintendente da
76 ANA, Rodrigo Flecha. Informou que a proposta da Presidente da ANA José
77 Machado para o Rio Grande é avançar efetivamente na implantação dos
78 instrumentos de gestão. Reafirmou que a ANA vem trabalhando muito proximamente
79 ao DRH na construção de um termo de cooperação técnica que acolherá um
80 conjunto de atividades muito importantes no sentido de fortalecer o DRH. A ANA
81 quer órgãos gestores fortes, para que efetivamente se possa delegar o sistema aos
82 Estados. Falou do Edital 38, do CT-Hidro, do Pró-Água Nacional e do Sistema de
83 Informações, todos projetos do DRH com a parceria da ANA. O Conselheiro Bernál
84 cumprimentou o GT, mas disse que tem dúvidas quanto aos diferentes níveis de
85 planejamento na região do Guaíba. *Alguns Comitês têm planos de bacia prontos e*
86 *outros não. O Baixo Jacuí não tem nada*, afirmou! Com relação aos prazos para
87 discussão, solicitou que sejam ampliados. O Conselheiro Giuliani disse que também
88 considerava os prazos para discussão nos Comitês curtos e acrescentou que o DRH
89 poderia exercer o papel da Agência de RH. O coordenador do GT e Conselheiro,
90 Cybis, respondeu a preocupação do Conselheiro Bernál dizendo que não haverá
91 disputa de recursos entre os Comitês pelo fato de alguns estarem com processos de
92 planejamento mais avançados. Os recursos auferidos numa bacia serão gastos
93 naquela bacia. Disse que o cronograma é alternativo, sujeito a ser modificado pelo
94 Conselho ou pela CT, assim que for instalada e em relação ao DRH exercer o papel
95 da Agência, conforme sugestão do Conselheiro Giuliani, é uma questão bastante
96 séria, a Agência seria o Estado porque o DRH é Estado e onde ficaria o controle dos
97 Comitês. Viviane Nabinger, Comitê Sinos disse que o ritmo de ação, extremamente
98 exíguo, a dinâmica de um Comitê não é a mesma do Conselho. O Presidente Carlos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

99 Otaviano parabenizou o GT pelo belíssimo trabalho. Colocado em discussão, o
100 relatório foi aprovado e encaminhado à CT da Região do Guaíba com as
101 considerações apresentadas. O Presidente comentou que em relação a quem
102 exercerá o papel da Agência, o DRH ou outra entidade, está em aberto. **Item IV –**
103 **Resolução que regulamenta a criação das Câmaras Técnicas do CRH –** O
104 Secretário Paim lembrou que a minuta de resolução foi amplamente discutida na
105 reunião anterior, e as Câmaras Técnicas seriam: de Assuntos Institucionais e
106 Jurídicos, de Gestão da Região Hidrográfica do Guaíba, Uruguai, das Bacias
107 Litorâneas; de Águas Subterrâneas e de Programação, Orçamento e
108 Acompanhamento dos Projetos do FRH. Aprovadas. **Item VII – Relato sobre os**
109 **procedimentos de outorga na lagoa Formosa** – o diretor Ivo Mello relatou o
110 conflito acontecido na bacia do Mirim-São Gonçalo, mas já equacionado. Por
111 indicação do próprio DRH, as diretrizes de outorga foram emanadas do Comitê,
112 como recomenda a legislação. No entanto, um dos usuários sentindo-se
113 prejudicado, conforme a lei permite, entrou com um recurso junto à Presidência do
114 Conselho que acolheu e ad referendum propôs ao Comitê que cancelasse ou
115 revisasse sua decisão. O Comitê novamente reunido chancelou as diretrizes
116 outorgas anteriormente definidas. O DRH cumpre a orientação, emite as outorgas
117 conforme a deliberação do Comitê. O DRH está fazendo o acompanhamento e este
118 processo deverá servir como uma nova forma de operar outorgas. Ivo avisou que
119 trará nas próximas reuniões o resultado deste acompanhamento. O Presidente
120 Carlos Otaviano informou a presença de alguns usuários da lagoa Formosa
121 presentes à reunião e colocou a palavra à disposição para manifestações. Disse ser
122 uma medida singular diante de um recurso de uma das partes, houve uma discussão
123 no Comitê em que a presidência do Conselho suspendeu a decisão no sentido de
124 manter a licença de apenas um daqueles usuários, enquanto o Comitê tivesse a
125 possibilidade de reexaminar, na sua soberania. Viviane Nabinger, Comitê Sinos fez
126 um apelo de conhecer os processos de outorga. O diretor Ivo disse que estão
127 preparando um programa de capacitação com a assessoria de educação ambiental
128 da SEMA a todos os Comitês com uma forma sistemática. O Presidente Carlos
129 Otaviano passou a presidência ao Secretário Substituto Francisco Simões Pires.
130 **Item I - Atas das 40ª e 41ª reunião ordinária do CRH** – O Secretário Executivo
131 Paim informou não ter recebido pedido de alteração. Atas aprovadas. **Item II -**
132 **Resoluções 40, 41 e 42 – Ad Referendum** - Paim comentou as resoluções foram
133 apresentadas na reunião anterior, mas devido ao quorum não foram aprovadas, e
134 contou com a participação do coordenador da Comissão do Litoral Médio, Fernando
135 Lague. Resoluções aprovadas. **Item III - Processos de Enquadramento** – O
136 Secretário Executivo comentou que dos assuntos mais importantes já discutidos na
137 história do CRH é a regulamentação dos processos de Enquadramento das bacias
138 hidrográficas no Estado RS. Relembrou que há seis processos de Enquadramento
139 nas bacias gaúchas, todos eles seguindo um ritual de comprometimento social,
140 talvez os mais ousados do Brasil, mas o Conselho não tem ainda uma maneira, com
141 exceção do Gravataí que é mais antigo, de transformar este trabalho social em
142 norma legal. O Presidente colocou a palavra à disposição. O Conselheiro Salzano
143 fez uma sugestão da inclusão dos executivos municipais nos processos. Disse saber
144 que eles estão incluídos nos Comitês, mas achava imprescindível no processo. Paim
145 agradeceu, mas convidou o Conselheiro Salzano a participar dos processos. Propôs
146 a Vice-presidente do Comitê Caí, Tânia Zoppas explicasse ao Conselheiro como era
147 a participação real das categorias; prefeituras, setor produtivo, abastecimento...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

148 Tânia Zoppas disse que o Plano da bacia do Caí teve dois momentos: a consultoria
149 técnica e a participação da sociedade através das categorias. Foi definida uma
150 proposta de Enquadramento que levou praticamente um ano de trabalho, e no final
151 foi levada à comunidade, através de consultas públicas, de reuniões das categorias,
152 etc. Explicou os diferentes e exaustivos debates sobre a questão até sua votação
153 final no plenário do Comitê. O Conselheiro Giuliani disse que Enquadramento é a
154 primeira das medidas de quem tem plano de bacia precisa ter. Ana Elizabeth Carara
155 lembrou que o Enquadramento é extremamente importante, tanto como processo de
156 envolvimento e decisão coletiva quanto instrumento real de gestão. Viviane Nabinger
157 fez novo apelo. O Comitê Sinos e o Gravataí estão particularmente muito ligados na
158 questão do Enquadramento, porque os licenciamentos estão condicionados a
159 formalização desse processo. O Presidente Simões Pires sugeriu encaminhar a CT
160 de Assuntos Jurídicos. Dionei Delevatti, Comitê Pardo sugeriu que poderiam aprovar
161 o Enquadramento e discutir a normativa nas Câmaras Técnicas. O Presidente
162 Simões Pires colocou em discussão. Aprovado o encaminhamento da resolução de
163 Enquadramento às Câmaras Técnicas do Guaíba, Litorânea, Uruguai e Assuntos
164 Jurídicos. **Item V – Cronograma das reuniões ordinárias para 2008** – O
165 Secretário Paim apresentou as datas: 05 de março, 16 de abril, 18 de junho, 20 de
166 agosto, 15 de outubro e 10 de dezembro. Cronograma aprovado. **Item VI –**
167 **Proposta Orçamentária para 2008** – Ivo explicou que o Grupo de Trabalho do
168 FRH/RS reuniu-se pela manhã e aprovou uma mudança na construção da
169 Resolução, resolveram simplificar. Permaneceram os primeiros itens especificados
170 para evitar problemas com a CAGE. Apoio técnico ao DRH – 5%; manutenção dos
171 Comitês – 10%; ações de fortalecimento do sistema – 10%; plano de bacia e
172 diretrizes de outorga – 25%; outros programas da SEMA – 5%; demandas setoriais
173 gerais – 10%, saneamento – 35%. Lembrou que dessa forma terá como acolher todo
174 e qualquer desejo da sociedade através do Comitê e poderá vir ao Conselho para
175 apreciação. O Conselheiro Bernál disse que na reunião do GT/FRH pela manhã,
176 foram definidos critérios de como os projetos deveriam ser encaminhados dentro da
177 SEMA. Uma vez apresentada a demanda, o projeto se enquadrar nesse recurso ele
178 deverá ser aprovado pelo CRH, antes de ser fechado. As demandas apresentadas
179 dependem do mérito e valores apresentados e passarão pelo Conselho para seguir
180 adiante. O presidente Simões Pires colocou em votação, aprovado o plano de
181 recurso para 2008. **Item VIII – Proposta de outorga no rio das Galinhas – Litoral**
182 **Médio** – Ivo solicitou ao Conselho autorização para o DRH emitir outorga no rio da
183 Galinha bastante precária, porque até o momento não conseguiu organizar o conflito
184 de uso da água, localizado no município de Santo Antônio da Patrulha. Como não
185 existe Comitê de Bacia instalado, não conseguiu fazer acordo entre os usuários.
186 Autorizado. **Item IX – Processo de formação do Comitê de Gerenciamento da**
187 **Bacia Hidrográfica do Rio Negro** – O Secretário Executivo Paim disse que o Negro
188 é o terceiro e último dos Comitês Gaúchos com áreas drenadas para um rio de
189 domínio da União na zona de fronteira, assim como o Quarai e o Mirim-São
190 Gonçalo, onde está incluído o Jaguarão. Lembrou que o fomento resultou em um
191 estudo gaúcho, transformado na Moção 29, do Conselho Nacional de Recursos
192 Hídricos. O ritual para criação é o mesmo adotado pelos outros comitês. O diretor
193 Ivo Mello informou que o coordenador da Comissão Provisória não pode estar
194 presente à reunião, mas houve uma mobilização muito forte, foi feito um relatório
195 das reuniões, muito bem formatado e solicitou a aprovação dos Conselheiros.
196 Salientou que já foi negociado com a Câmara Técnica de Gestão de Recursos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

197 Hídricos Transfronteiriços do CNRH uma de suas reuniões aconteça na cidade de
198 Uruguaiana, Santana do Livramento ou Quarai para fortalecer os processos.
199 Colocado em discussão, aprovado. **Item XI – Assuntos Gerais** – O Presidente
200 Simões Pires apresentou a proposição do Comitê Sinos ao Conselho, solicitado no
201 início da reunião pela Secretária Executiva Viviane Nabinger, para que o
202 Departamento de Recursos Hídricos encaminhe aos Comitês o detalhamento dos
203 procedimentos de outorga adotados. Aprovado. Conselheira Luciana Dalsasso disse
204 que encaminhou ofício ao Secretário Otaviano sobre o desassoreamento do rio
205 Tramandaí. Solicitou uma posição de como está o processo. Aprovado o
206 encaminhamento à Presidenta da FEPAM, sobre o andamento do processo e
207 apresentação do estudo de impacto ambiental pelos técnicos empreendedores na
208 primeira ou segunda reunião do Conselho Estadual. Conselheiro Bernál apresentou
209 e submeteu um parecer do distanciamento de margem na atividade de extração
210 mineral em leito de rio, no âmbito da bacia Baixo Jacuí, elaborado a partir de uma
211 demanda da AGABRITAS, um estudo detalhado de características físicas e
212 químicas do rio e solicitou que o Conselho acolha o parecer para ser encaminha
213 para instância pertinente, como sendo uma orientação para os licenciamentos
214 ambientais e planos de bacias. Frizou que este foi um trabalho de um ano, com
215 discussão e que se chegou a esse acordo entre as empresas e o Comitê. Carmem
216 Silva fez a leitura do Ofício n. 130/07, do Comitê Sinos ao secretário executivo do
217 CRH, solicitando a reedição da Resolução 030/2006, uma medida preventiva que
218 partiu dos próprios arroseiros do Comitê Aprovado. Conselheiro Cybis informou que
219 o Fórum Gaúcho de Comitês candidatou-se a abrigar o Encontro Nacional de
220 Comitês de Bacias Hidrográficas aqui no Estado. O Presidente Simões Pires
221 apresentou a solicitação do Comitê Ibicuí e da Lagoa Mirim sobre a participação da
222 OAB nos Comitês de Bacias. Encaminhado a Câmara Técnica de Assuntos
223 Jurídicos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Francisco Luiz da Rocha
224 Simões Pires encerrou a reunião e eu, Paulo Renato Paim, Secretário Executivo do
225 Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.
226